

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO  
DA BAHIA – MP/BA E A COMPANHIA DE  
ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
– COELBA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 04.142.491/0001-66, estabelecido na Av. Joana Angélica, nº 1312, bairro Nazaré, Salvador/BA, neste ato representado pelo seu Procurador Geral de Justiça, Dr. Wellington César Lima e Silva, doravante denominado simplesmente **MP/BA**, e a **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA**, concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, dotada de personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 15.139.629/0001-94, situada na Av. Edgar Santos, nº. 300, Narandiba, Salvador-BA, representada na forma do seu Estatuto Social doravante denominada **COELBA**, ajustam a celebração do presente **CONVÊNIO**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**Cláusula Primeira – Do Objeto**

1.1. O presente **CONVÊNIO** tem por objeto:

- a) A disponibilização, por parte da **COELBA**, dos dados cadastrais dos seus usuários quando solicitada pelo **MP/BA**, por intermédio do seu Núcleo de Inteligência Criminal (NIC), sob a forma de consulta, mediante correio eletrônico, com a finalidade exclusiva de utilização no interesse de procedimentos investigatórios de qualquer natureza, de sua atribuição funcional/legal.



## **Cláusula Segunda – Das Obrigações dos Partícipes**

### **2.1. A COELBA obriga-se a:**

**2.1.1.** Atender a solicitação para fornecimento dos dados cadastrais de seus usuários e sobre o status da prestação do serviço de energia elétrica (ativo ou inativo) enviadas pelo e-mail **nic@mp.ba.gov.br** e que contenha o nome completo do membro/servidor solicitante, no uso de suas atribuições funcionais/legais.

**2.1.2.** Cumprir as demais cláusulas pactuadas neste instrumento.

### **2.2. O MP/BA obriga-se a:**

**2.2.1.** Solicitar expressamente à **COELBA**, através do e-mail **kpina@coelba.com.br**, disponibilizado para atendimento ao presente **CONVÊNIO**, indicando os dados necessários para identificação do remetente, e indicar o nome completo, CPF ou CNPJ do consumidor, endereço do imóvel de fornecimento do serviço e, se possível, o número do contrato de consumo cadastrado junto à COELBA (indicado na fatura).

**2.2.1.1.** As mensagens eletrônicas de solicitação e resposta serão arquivadas junto ao Núcleo de Inteligência Criminal do MP/BA, para efeito de controle.

**2.2.2.** Respeitar e zelar pelos dados cadastrais informados pela **COELBA**, bem como orientar os seus representantes a dar adequada utilização e tratamento a todas as informações que a **COELBA** lhes tornar disponíveis, com a proteção e zelo necessários;



2.2.3. Receber como confidenciais as informações fornecidas pela **COELBA**, não as utilizando para outro fim que não o especificado neste **CONVÊNIO**.

2.2.4. Não utilizar o e-mail [kpina@coelba.com.br](mailto:kpina@coelba.com.br) para fins de citações, intimações e/ou notificações de quaisquer espécies ou natureza, mormente as que tenham relação com os processos em que a **COELBA** seja parte ou terceira interessada, as quais, se encaminhadas, não terão qualquer validade, ficando a **COELBA**, desde já, dispensada de atendê-las, para todos os efeitos jurídicos e legais de direito.

2.2.5. Cumprir as demais cláusulas pactuadas neste instrumento.

### Cláusula Terceira – Da Vigência

3.1. Este **CONVÊNIO** terá vigência pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, somente podendo ser prorrogado por expresso e formal termo aditivo.

### Cláusula Quarta – Da Rescisão ou Denúncia

4.1. Este **CONVÊNIO** poderá ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das **PARTES**, independente de justo motivo, apenas exigindo-se a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data em que se pretenda seja encerrado.

### Cláusula Quinta – Disposições Finais

5.1. O extrato do presente **CONVÊNIO** será publicado no Diário do Poder Judiciário, no prazo legal, cujas despesas correrão por conta do **MP/BA**.





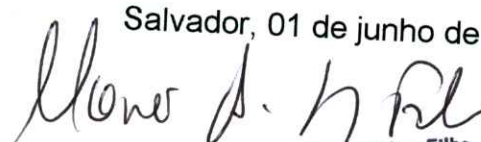
5.2. Sem prejuízo do disposto na cláusula 5.1 supra, as obrigações ora assumidas no presente convênio *não acarretam a transferência de recursos financeiros entre as partes convenientes*, sendo responsabilidade destas a locação de pessoal, às suas expensas, para o fiel cumprimento das obrigações previstas neste instrumento, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados a fazer frente às despesas e respectivas dotações orçamentárias, isto significando que as partes não terão ônus direto com a assinatura deste convênio.

5.3. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste **CONVÊNIO** fica eleito o foro da comarca de Salvador/BA – Poder Judiciário do Estado da Bahia.


E por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente Instrumento, em 3 (três) vias.

Salvador, 01 de junho de 2010.

Pela **COELBA**:

  
Moisés Afonso Sales Filho  
Diretor - Presidente

  
Ricardo Galindo  
Superintendente Comercial  
e Mercado

  
Pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**:

Wellington César Lima e Silva  
Procurador-Geral de Justiça

Testemunhas:

Nome  
CPF

  
Luis Cláudio Cunha Nogueira  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Nome  
CPF







# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

### RESUMO DE CONVÊNIO

**CONVENENTES:** Ministério Público do Estado da Bahia e a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA. **OBJETO:** Disponibilização, por parte da COELBA, dos dados cadastrais dos seus usuários quando solicitada pelo MP/BA, sob a forma de consulta, mediante correio eletrônico, com finalidade exclusiva de utilização no interesse de procedimentos investigatórios de qualquer natureza, de sua atribuição funcional/legal. **VIGÊNCIA:** 01.06.2010 a 31.05/2015.